Prefeitura Municipal de Lavrinhas
Estado de São Paulo
Paço Municipal, nº 200 - Centro - Tel.: (12) 3146-1110 - Cep.: 12760-000 - CNPJ 45.200.029/0001-55

LEI Nº 1.144, DE 03 DE JULHO DE 2007.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS A SERES OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO DA LEI ORCAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE LAVRINHAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2008."

MARINA INEZ MARTINS LOZANO, Prefeita Municipal de Lavrinhas, Estado de São Paulo,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Em cumprimento aos dispositivos específicos contidos na Constituição Estadual, na Lei Orgânica Municipal, na Lei 4.320/64 e na Lei 101/2000, ficam estabelecidas pela presente Lei de Diretrizes Orçamentárias – L.D.O. – os parâmetros, normas e instruções para a elaboração do Orçamento Anual para o Exercício Financeiro de 2008 do Município de Lavrinhas, que abrangerá os poderes Executivo e Legislativo, seus Fundos e Entidades da Administração direta, compreendendo:

I – As metas Fiscais;
II – A estrutura e organização do Orçamento Municipal;
III – As prioridades e metas da Administração Municipal;
IV - As diretrizes para elaboração e execução do Orçamento Municipal e suas alterações;
V - As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos;
VI - As disposições sobre alterações da Legislação Tributária do município, e
VII - As disposições sobre a Dívida Pública Municipal.

Art. 2º - Consideram-se, para os efeitos desta Lei:

Programa: Conjunto Instrumentos de organização e ações governamentais planejadas e necessárias para alcançar os resultados finais determinados, para satisfação das necessidades coletivas;

Paço Municipal, nº 200 - Centro - Tel.: (12) 3146-1110 - Cep.: 12760-000 - CNPJ 45.200.029/0001-55

Projeto: Instrumento de programação para alcançar as metas e objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações das quais resulta em um bem final que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

Atividade: Instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

Diretrizes: O conjunto de critérios de ação e decisão que deve disciplinar e orientar o processo de planejamento;

Metas: A especificação e quantificação física dos objetivos estabelecidos;

Objetivos: Os resultados que se pretende alcançar coma realização das ações governamentais dirigidas à coletividade;

Despesas Irrelevantes: As despesas consideradas dispensadas de licitação;

Despesas Obrigatória de Caráter Continuado: as despesas já constantes dos orçamentos e aquelas derivadas de Lei ou Ato Administrativo Normativo que fixem obrigação Legal de Execução por período superior a dois exercícios financeiros.

Programas de Ação Continuada: As ações que resultem em serviços públicos prestados ou colocados à disposição da comunidade, de forma uniforme durante período prolongado.

Parágrafo Único: ficam aprovados os anexos da Estrutura Orçamentária e Organograma que acompanham a presente Lei.

DISPOSIÇÃO PARA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º - As metas de resultados fiscais estabelecidas pelo Art. 4º da Lei 101/2000 do

Paço Municipal, nº 200 - Centro - Tel.: (12) 3146-1110 - Cep.: 12760-000 - CNPJ 45.200.029/0001-55

Município e Lavrinhas para o Exercício Financeiro de 2008 estão identificadas nos demonstrativos conforme as seguintes tabelas:

I - Metas anuais;
II - Evolução do Patrimônio Líquido;
III - Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
IV - Estimativa e compensação de renúncia de Receita, e
V - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 4º - Os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas serão avaliados em anexos próprios, onde serão informadas as medidas a serem adotadas pelo Poder Executivo, se forem concretizadas.

Parágrafo Único: Para os fins deste Artigo, consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais, possíveis obrigações presentes, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle do Poder Executivo.

Art. 5º - A Proposta Orçamentária não conterá dispositivos estranhos à previsão de receita e fixação de despesas, e atenderá Processo de Planejamento Permanente.

§ 1º - Os orçamentos anuais atenderão os princípios do equilíbrio, da unidade e da universalidade orçamentária.
§ 2º - A estimativa de receita do orçamento contemplará medidas de aperfeiçoamento da arrecadação dos tributos, visando o aumento das receitas próprias.
§ 3º - O Poder Executivo deverá propor projetos de Lei de alterações na Legislação Tributária, sempre que se torne necessária à prevenção do equilíbrio das contas públicas e a geração de recursos para investimentos, ou, ainda, para manutenção ou ampliação das atividades próprias do Município.
§ 4º - As modificações das Leis de caráter Tributário deverão ser apreciados pelo Poder Legislativo no Exercício anterior, atendendo o princípio da legalidade tributária.
§ 5º - Todo Projeto de Lei versando sobre Concessão de Anistia, Remissão, Subsídio, Crédito Presumido, Concessão de Isenção, Alteração de Alíquota ou modificação de

Paço Municipal, nº 200 - Centro - Tel.: (12) 3146-1110 - Cep.: 12760-000 - CNPJ 45.200.029/0001-55

Base de Cálculo que implique em redução de Tributos ou Contribuições, deverá atender ao disposto no Artigo 14 da Lei 101/2000, devendo ser instruído com demonstrativo evidenciando que não serão afetadas as metas de resultado nominal e primário. Não se sujeitam às regras do presente parágrafo, a simples homologação de pedidos de Isenção, Remissão ou Anistia apresentadas com base em Legislação Municipal anterior à edição da Lei Complementar 101/2000.

Art. 6º - As metas de receitas previstas para fins de elaboração da Lei Orçamentária terão por base:

I - O aumento vegetativo das projeções financeiras, devidamente corrigidas monetariamente conforme índices do Governo Federal;

II - Implantação de programas e de softwares específicos para as diversas áreas de atuação do Poder Executivo, que gerem recursos ao Município;

III - A criação de novos serviços públicos colocados à disposição da população;

IV - O incremento de cobrança da Dívida Ativa existente.

Art. 7º - A Lei Orçamentária conterá reserva de contingência, limitada ao máximo de 4% da Receita corrente Líquida, e constituída exclusivamente de recursos do orçamento fiscal, destinada às seguintes finalidades:

I - Atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

II - Cobertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 8º - Os projetos em fase de execução terão prioridade sobre os novos projetos, além de adequadamente atendidas as despesas com conservação e manutenção do patrimônio público.

Parágrafo Único: A regra estabelecida no "caput" deste Artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

Art. 9º - A Lei Orçamentária poderá prever recursos destinados à concessão de auxílios e subvenções a entidades civis de caráter beneficente filantrópicas, sem fins lucrativos,

Paço Municipal, nº 200 - Centro - Tel.: (12) 3146-1110 - Cep.: 12760-000 - CNPJ 45.200.029/0001-55

nas áreas de educação, saúde e assistência social, de interesse do Município, constantes de anexo específico, por Lei específica, desde que a entidade cumpra as determinações exigidas pela Legislação em vigor e seja aprovada pelo Conselho Municipal Permanente.

Parágrafo Único: As entidades beneficiadas com recursos públicos a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo, com a finalidade de verificação do cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo ato de transferência dos recursos além das exigências estabelecidas pelo Tribunal de Contas.

Art. **10º** - As despesas obrigatórias de caráter continuado poderão ser programadas para o exercício de **2008** com os acréscimos estabelecidos nas estimativas de receitas conforme memórias de cálculos exigidas.

Art. **11º** - A mesa da Câmara Municipal elaborará e remeterá ao Poder Executivo sua proposta Orçamentária até 31 de agosto, para fins de consolidação da proposta orçamentária.

Parágrafo Único: O Poder Executivo, em atendimento ao Art. 12, **§** 3º da Lei Complementar 101/2000, encaminhará as estimativas de receitas e receita corrente liquida para o exercício de **2008,** acompanhado das respectivas memórias de cálculo, ao Poder Legislativo e ao Ministério Público.

Art. **12º** - O Poder Executivo enviará até o dia 30 de setembro o Projeto e Lei do Orçamento Anual à Câmara Municipal, que o apreciará até o final da Sessão Legislativa, devolvendo-o para sanção.

§ 1º - Não sendo devolvido o Autógrafo de Lei Orçamentária Anual no prazo legal previsto, fica o Poder Executivo autorizado a executar a proposta orçamentária original, até a sua discussão e deliberação final, aprovação e remessa do Autógrafo de Lei pelo Poder Legislativo, na base de um duodécimo mensal.

§ 2º - Enquanto não for deliberado e devolvido o Autógrafo da Lei Orçamentária Anual,

Paço Municipal, nº 200 - Centro - Tel.: (12) 3146-1110 - Cep.: 12760-000 - CNPJ 45.200.029/0001-55

o Poder Legislativo poderá entrar em recesso.

DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 13º - As despesas com pessoal e encargos gerais do Município conforme estabelece o Artigo 20 da Lei Complementar 101/2000 não poderão exceder:

I - Poder Executivo: 54% (cinqüenta e quatro por cento) da Receita Corrente Líquida do Município;

II - Poder Legislativo: 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida do Município;

§ 1º - As despesas com pessoal e encargos deverão atender ainda o disposto nos Artigos 22 e 23 da Lei Complementar 101/2000.

§ 2º - Se a despesa com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos pela Lei Complementar 101/2000, a adoção das medidas saneadoras preservará os servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

§ 3º - A concessão de vantagens ou amentos de vencimentos, a criação de cargos ou alteração de carreira, de competência privativa do Poder Executivo, obedecerão a Lei Municipal que dispõe sobre a Organização do Quadro de Pessoal e da Evolução Funcional dos Servidores da Prefeitura Municipal de Lavrinhas, exigirão a existência de dotação orçamentária própria e suficiente, atendida a fixação do percentual legal e as normas e diretrizes contidas na Lei 101/2000.

§ 5º - O Poder Legislativo deverá obedecer ainda os limites fixados nos artigos 29 e 29ª da Constituição Federal.

DISPOSIÇÕES RELATIVAS À EXECUÇÃO ORCAMENTÁRIA

Art. 14º - Em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal em vigor, os Poderes Municipais deverão:

I - Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Executivo deverá estabelecer a Programação Financeira mensal e bimestral e os Cronogramas de execução de desembolso;

Paço Municipal, nº 200 - Centro - Tel.: (12) 3146-1110 - Cep.: 12760-000 - CNPJ 45.200.029/0001-55

II - Emitir e publicar até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, analisando nas formas da Lei o alcance das metas previstas;

III - Não sendo alcançadas as metas exigidas pela Lei 101/2000, os Poderes deverão realizar os contingenciamentos necessários nas respectivas dotações orçamentárias, com limitação de empenhos, utilizando critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, especialmente nas áreas de educação, saúde e assistência social.

IV - No caso de limitação de empenhos, os contingenciamentos deverão preservar despesas com pessoal e encargos, e com a conservação do patrimônio público.

V - As despesas originárias de obrigações constitucionais, institucionais e legais, inclusive as referentes ao serviço da dívida e pagamento de precatórios judiciais, não poderão se objeto de contingenciamento.

VI - Serão também excluídas da limitação de empenhos e contingenciamento, e obtenção dos resultados fiscais programados, as situações de calamidade pública ou estado de emergência nos termos do Artigo 65 da Lei Complementar 101/2000.

VII - Na hipótese de limitação de empenhos e de movimentação financeira, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá contingenciar.

VIII - Os poderes emitirão e publicarão ao final de cada quadrimestre, o relatório de Gestão Fiscal.

Art. 15º - Durante a execução Orçamentária, poderá o Executivo Municipal utilizar os dispositivos contidos no Art. 167 da Constituição Federal, combinado com os Artigos 42, 43 e seus parágrafos da Lei Federal 4.320/64, mediante Decreto Executivo, até o limite dos índices de variação da moeda do Exercício; transpor, remanejar ou transferir recursos financeiros estabelecidos pelo parágrafo 1º do Art. 43 da Lei 4.320/64.

Art. 16º - Fica autorizado o Executivo Municipal a:

I - Realizar operações de crédito por antecipação de receita, respeitado os limites e os termos da Legislação específica vigente;

II - Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislaçãi,

Paço Municipal, nº 200 - Centro - Tel.: (12) 3146-1110 - Cep.: 12760-000 - CNPJ 45.200.029/0001-55

normas e parâmetros em vigor;

III - Promover alterações nos projetos enlencados na L.D.O. a fim de compatibilizar as despesas às necessidades e interesses coletivos.

Art. 17º - O orçamento anula deverá atender, além da LDO, as prioridades contidas no PPA, que poderá sofrer revisões anuais, a fim de compatibilizar a despesa fixada à receita prevista para o Exercício, e de acordo com os interesses sociais da coletividade.

Parágrafo Único: Tendo em vista a capacidade financeira do Município e atendidos os interesses da comunidade, o Executivo Municipal procederá à seleção das prioridades, podendo incluir novos programas não elencados, desde que financiados com recursos próprios não afetados, ou de outras de Governo.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18º - O Executivo Municipal poderá firmar convênios com outras esferas de Governos, para o desenvolvimento de programas da áreas de saúde e saneamento, educação, esportes, cultura, turismo, assistência social, transporte, agricultura, administração, urbanismo e outras áreas de sua competência, tendo em vista o interesse da coletividade.

Art. 19º - O Executivo Municipal poderá arcar com as despesas de outras esferas de governos, sempre que caiba ao Município responsabilidade solidária e fique comprovado o interesse público, desde que firmado o respectivo ajuste ou acordo.

Art. 20º - É vedado consignar na Lei de Orçamento crédito com finalidade de imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 21º - Na Programação das despesas deverão ser definidas as fontes de recursos.

Art. 22º - Os planos, Projetos e Orçamentos, assim como as prestações de Contas, serão amplamente divulgados, ficando à disposição da sociedade para conhecimento e análise.

Paço Municipal, nº 200 - Centro - Tel.: (12) 3146-1110 - Cep.: 12760-000 - CNPJ 45.200.029/0001-55

Art. 23º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lavrinhas, 03 de julho de 2007.

MARINA INEZ MARTINS LOZANO
Prefeita Municipal

Publicado e Registrado na Prefeitura Municipal de Lavrinhas, em quadro próprio, nesta data, conforme capitulo II, artigo 83, parágrafo 1º da Lei Orgânica do Município promulgada em 05 de abril de 1.990.

SUELI EMILIA DE PAIVA
Secretaria Municipal de Administração